



Educação integral e em tempo integral

Comprehensive and full-time education

Educación integral a tiempo completo

Andréia Soares de Almeida

Mestranda em Ensino de Ciências e Humanidades

Instituição: Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Endereço: Avenida Circular Municipal, 1805, São Pedro, Humaitá, Amazonas

E-mail: andreia.almeida@ufam.edu.br

Emanuele Lima Souza

Graduada em Pedagogia

Instituição: Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Endereço: Avenida Circular Municipal, 1805, São Pedro, Humaitá, Amazonas

E-mail: emanuele12.souza@gmail.com

Ângela Maria Gonçalves de Oliveira

Doutora em Educação

Instituição: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Endereço: Cidade Universitária Zeferino Vaz, Barão Geraldo, Campinas - SP,

CEP: 13083-970

E-mail: angelabiase@ufam.edu.br

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar os conceitos de educação integral e educação em tempo integral, destacando suas diferenças e implicações para a prática educacional no contexto brasileiro. A pesquisa parte da relevância histórica do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), que propôs uma educação pública, gratuita, laica e universal, com foco na formação integral do indivíduo. A justificativa para o estudo reside na necessidade de compreender e aprimorar as práticas educacionais que visam o desenvolvimento pleno dos estudantes, especialmente em um cenário marcado por desigualdades sociais e educacionais. Os objetivos da pesquisa incluem: (1) analisar os conceitos de educação integral e educação em tempo integral; (2) historicizar a trajetória da educação integral no Brasil; (3) discutir as políticas públicas recentes relacionadas ao tema; e (4) propor reflexões para a implementação de uma educação integral de qualidade. A metodologia empregada é a revisão bibliográfica, com base em fontes como artigos acadêmicos, livros, legislações e documentos históricos. Os resultados evidenciam que, embora a educação integral tenha avançado como proposta pedagógica e política pública, sua implementação ainda enfrenta desafios estruturais e culturais. A conclusão aponta para a necessidade de um compromisso coletivo com a educação integral, que transcenda os muros da escola e promova o desenvolvimento pleno dos estudantes, contribuindo para a



redução das desigualdades sociais. Este estudo busca, portanto, oferecer subsídios teóricos e práticos para a construção de um sistema educacional mais justo e inclusivo.

Palavras-chave: educação integral, educação em tempo integral, manifesto dos pioneiros, políticas públicas, formação humana.

ABSTRACT

This article aims to analyze the concepts of comprehensive education and full-time education, highlighting their differences and implications for educational practice in the Brazilian context. The research is based on the historical relevance of the Manifesto of the Pioneers of New Education (1932), which proposed a public, free, secular and universal education, with a focus on the integral formation of the individual. The justification for the study lies in the need to understand and improve educational practices that aim at the full development of students, especially in a scenario marked by social and educational inequalities. The objectives of the research include: (1) analyzing the concepts of comprehensive education and full-time education; (2) historicizing the trajectory of comprehensive education in Brazil; (3) discussing recent public policies related to the topic; and (4) proposing reflections for the implementation of a quality comprehensive education. The methodology used is a bibliographic review, based on sources such as academic articles, books, legislation and historical documents. The results show that, although advanced comprehensive education has a pedagogical and public policy proposal, its implementation still faces structural and cultural challenges. The conclusion points to the need for a collective commitment to comprehensive education that transcends the school walls and promotes the full development of students, contributing to the reduction of social inequalities. This study therefore seeks to offer theoretical and practical support for the construction of a more fair and inclusive educational system.

Keywords: comprehensive education, full-time education, pioneers' manifesto, public policies, human formation.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar los conceptos de educación integral y educación en tiempo completo, destacando sus diferencias e implicaciones para la práctica educativa en el contexto brasileño. La investigación se fundamenta en la relevancia histórica del Manifiesto de los Pioneros de la Educación Nueva (1932), que proponía una educación pública, gratuita, laica y universal, centrada en la formación integral de la persona. La justificación del estudio radica en la necesidad de comprender y mejorar las prácticas educativas que apuntan al desarrollo integral de los estudiantes, especialmente en un escenario marcado por desigualdades sociales y educativas. Los objetivos de la investigación incluyen: (1) analizar los conceptos de educación integral y educación a tiempo completo; (2) historicizar la trayectoria de la educación integral en Brasil; (3) discutir políticas públicas recientes relacionadas con el tema; y (4) proponer reflexiones para la implementación de una educación integral de calidad. La



metodología utilizada es la revisión bibliográfica, basada en fuentes como artículos académicos, libros, legislación y documentos históricos. Los resultados muestran que, si bien la educación integral ha avanzado como propuesta pedagógica y política pública, su implementación aún enfrenta desafíos estructurales y culturales. La conclusión apunta a la necesidad de un compromiso colectivo con una educación integral, que trascienda los muros de la escuela y promueva el desarrollo pleno de los estudiantes, contribuyendo a la reducción de las desigualdades sociales. Este estudio busca por tanto ofrecer soporte teórico y práctico para la construcción de un sistema educativo más justo e inclusivo.

Palabras clave: educación integral, educación de tiempo completo, manifiesto de pioneros, políticas públicas, formación humana.

1 INTRODUÇÃO

A educação é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento de uma sociedade justa, igualitária e próspera. No Brasil, a busca por uma educação de qualidade e acessível a todos tem sido um desafio histórico, marcado por avanços e retrocessos. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) foi um marco nessa trajetória, ao propor uma educação pública, gratuita, laica e universal, com foco na formação integral do indivíduo. Essa proposta, que visa o desenvolvimento pleno do ser humano em suas dimensões intelectual, física, moral e social, continua relevante na contemporaneidade, especialmente em um contexto marcado por desigualdades sociais e educacionais.

A educação integral tem ganhado destaque nas discussões educacionais, tanto no âmbito acadêmico quanto nas políticas públicas. No entanto, ainda há confusão entre os conceitos de educação integral e educação em tempo integral. Enquanto a primeira se refere a uma formação ampla que abrange todas as dimensões do ser humano, a segunda está relacionada à ampliação do tempo de permanência do estudante na escola. Compreender essas diferenças e suas implicações é essencial para a implementação de práticas educacionais que realmente promovam o desenvolvimento integral dos estudantes.



A questão de pesquisa que norteia este estudo é: Como os conceitos de educação integral e educação em tempo integral têm sido compreendidos e implementados no contexto brasileiro, e quais são os desafios e perspectivas para a consolidação de uma educação que promova o desenvolvimento pleno dos estudantes? Para responder a essa pergunta, realizamos uma revisão bibliográfica que examina as contribuições teóricas e práticas sobre o tema, com foco no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, na historicização da educação integral no Brasil e nas políticas públicas recentes.

A justificativa para esta pesquisa reside na importância de compreender e aprimorar as práticas educacionais que visam a formação integral dos estudantes. Em um mundo cada vez mais complexo e desigual, a educação deve ser um espaço de resistência e transformação, onde os estudantes possam desenvolver não apenas habilidades cognitivas, mas também valores éticos e sociais que os preparem para atuar de forma consciente e responsável em suas comunidades. Além disso, a análise crítica das políticas públicas e das práticas educacionais pode contribuir para a construção de um sistema educacional mais equitativo e inclusivo.

Os objetivos deste estudo foram analisar os conceitos de educação integral e educação em tempo integral, destacando suas diferenças e implicações para a prática educacional; historicizar a trajetória da educação integral no Brasil, desde o período colonial até os dias atuais, identificando os avanços e desafios enfrentados; discutir as políticas públicas recentes relacionadas à educação integral, avaliando seu impacto na formação dos estudantes e por fim, propor reflexões e recomendações para a implementação de uma educação integral de qualidade, que promova o desenvolvimento pleno dos estudantes e contribua para a redução das desigualdades sociais.

Este estudo busca, portanto, contribuir para o debate sobre a educação integral no Brasil, oferecendo subsídios teóricos e práticos para a construção de um sistema educacional mais justo e inclusivo.



2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 MANIFESTO DOS PIONEIROS NA EDUCAÇÃO NOVA

A educação pública de qualidade é um dos pilares para o desenvolvimento de uma sociedade justa, igualitária e próspera. Por meio dela se promove acesso ao conhecimento, reduzindo as desigualdades sociais.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, propôs uma educação integral no Brasil, sobre a perspectiva de universal, pública, gratuita e laica, visando a formação humana em integralidade.

O Manifesto marca o início da luta de reconstrução da democracia no Brasil através da educação, como aponta SAVIANI:

Esse Manifesto propunha-se a realizar a reconstrução social pela reconstrução educacional. Partindo do pressuposto de que educação é uma função essencialmente pública e baseado nos princípios da laicidade, gratuidade, obrigatoriedade, co-educação e unicidade da escola, o Manifesto esboça as diretrizes de um sistema nacional de educação, abrangendo, de forma articulada, os diferentes níveis de ensino, desde a educação infantil até a universidade (Saviani, 2004, p.33).

O Manifesto apresenta uma primeira visão de educação integral:

[...] do direito de cada indivíduo à sua Educação Integral, decorre logicamente para o Estado que o reconhece e o proclama, o dever de considerar a educação, na variedade de seus graus e manifestações, como uma função social e eminentemente pública, que ele é chamado a realizar, com a cooperação de todas as instituições sociais. A educação que é uma das funções de que a família se vem despojando em proveito da sociedade política, rompeu os quadros do comunismo familiar e dos grupos específicos (instituições privadas), para se incorporar definitivamente entre as funções essenciais e primordiais do Estado (Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, 1984, p.412).

O documento destaca a obrigatoriedade do Estado com a oferta da Educação com função social e pública.

No Brasil, o direito à educação está assegurado na Constituição federal de 1988. O artigo 205 estabelece que a educação é “direito de todos e dever do



Estado e da família”. Isso implica a criação de políticas públicas que garantam o acesso universal à educação básica e promovam o ensino superior. A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, ampliou a Educação Básica, incluindo Ensino Fundamental, as etapas da Educação Infantil e o Ensino Médio.

Nas últimas décadas a educação básica brasileira teve avanços significativos no que diz respeito a universalização do acesso e à expansão de oportunidades educacionais. O Brasil universalizou o acesso ao ensino fundamental e a Emenda Constitucional nº 59/2009 tornou obrigatória a educação básica dos 04 aos 17 anos, incluindo Educação Infantil e Ensino Médio.

Partindo desses avanços da educação brasileira, começa-se materializar a ideia de Educação Integral. A partir disto, aumenta o número de escolas com jornada ampliada, integrando atividades pedagógicas e a implantação do Programa Mais Educação.

No Dicionário de Ação Docente (UFMG, 2010), apresenta as seguintes definições:

Quadro 1. Dicionário de Ação Docente (UFMG, 2010)

Educação Integral	Escola de Tempo Integral
Ação educacional que envolve diversas e abrangentes dimensões da formação dos indivíduos. (...) O conceito é utilizado também conforme a ideia grega de Paideia, significando a formação geral do homem que envolve o conjunto completo de sua tradição e propicia o pleno desenvolvimento, no indivíduo, da cultura a que ele pertence (Jaeger, 2010). Do ponto de vista de quem educa, indica a pretensão de atuar em diferentes aspectos da condição humana, tais como os cognitivos, emocionais e societários. Por isso, com frequência, aparece associado ao conceito de “homem integral”. Quando referida à educação escolar, apresenta o sentido de religação entre a ação intencional da instituição escolar e a vida em sentido amplo (...) (Cavaliere, 2010, s/p).	Em sentido restrito, refere-se à organização escolar na qual o tempo de permanência dos estudantes se amplia para além do turno escolar, também denominada, em alguns países, como jornada escolar completa. Em sentido amplo, abrange o debate da Educação Integral – consideradas as necessidades formativas nos campos cognitivo, estético, ético, lúdico, físico-motor, espiritual, entre outros – no qual a categoria “tempo escolar” reveste-se de relevante significado tanto em relação a sua ampliação, quanto em relação à necessidade de sua reinvenção no cotidiano escolar (...) (Moll, 2010, s/p.)

Fonte: Elaborado pelos autores, (2025).

Segundo Moll (2009, p.13), é o:



“[...] reconhecimento da necessidade de ampliar e qualificar o tempo escolar, superando o caráter parcial e limitado que as poucas horas diárias proporcionam, em estreita associação com o reconhecimento das múltiplas dimensões que caracterizam os seres humanos”.

Compreende-se que apenas a ampliação do tempo escolar desconsidera a função social da escola e nos leva a refletir sobre o que é ensino, conteúdo, aprendizagem.

Educação Integral e educação em Tempo Integral apresentam características distintas, de acordo com Oliveira apud Manacorda,

Para compreendermos os conceitos de Educação Integral e Educação em Tempo Integral, usamos como referência Manacorda (2017) que compreende o processo educativo a partir de duas perspectivas: educação unilateral e educação omnilateral.

Educação unilateral é uma formação humana que se empobrece e reproduz a divisão social do trabalho. Ela é resultado da separação entre o conceber e o executar, de acordo com as classes sociais.

Manacorda (2007) afirma que a educação unilateral se efetiva a partir de um processo verticalizado com conteúdo hierarquizado e descontextualizado. Educação unilateral é um modelo de formação que prioriza o desenvolvimento de habilidades ou competências específicas em detrimento de uma formação integral do indivíduo. Este modelo de educação está associado a sociedade de estrutura capitalista, onde a educação é moldada para atender às necessidades do mercado de trabalho, formando indivíduos aptos apenas para desempenhar papéis específicos na produção, sem desenvolver plenamente todas as suas potencialidades.

Inspirado pelas reflexões de Marx e Engels, Manacorda propõe uma educação que vise o desenvolvimento completo do ser humano em todas as suas dimensões, intelectual, moral, física e social.

Frente à realidade da alienação humana, na qual todo o homem, alienado por outro, está alienado da própria natureza, e o desenvolvimento positivo está alienado em uma esfera restrita, está a exigência da omnilateralidade, de um desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos, das faculdades e das forças



produtivas, das necessidades e da capacidade de sua satisfação (Manacorda, 2007, p.87)

No pensamento de Manacorda, a educação deve ser vista como um processo que transcende a formação técnica ou profissional. Para ele educação omnilateral é um ideal para a educação integral, buscando o desenvolvimento completo do ser humano.

Além disso, é importante destacar como o Manifesto dos Pioneiros se relaciona com as correntes pedagógicas da época, como o construtivismo e a pedagogia progressista. O construtivismo, que enfatiza a construção do conhecimento pelo aluno, e a pedagogia progressista, que busca uma educação mais democrática e participativa, influenciaram diretamente a proposta de educação integral. Essas correntes promovem a ideia de que a educação deve ser um processo ativo, onde o aluno é protagonista de sua aprendizagem, alinhando-se à visão do Manifesto de uma educação que vai além da mera transmissão de conteúdos.

A proposta de educação integral também se alinha com a ideia de conscientização e emancipação social, conforme enfatizado por Paulo Freire, que vê a educação como uma prática de liberdade. Freire argumenta que a educação deve ser um ato de reflexão crítica e ação, permitindo que os indivíduos se tornem agentes de transformação em suas comunidades. Essa perspectiva reforça a importância de uma educação que não apenas informe, mas que também forme cidadãos conscientes e engajados, capazes de questionar e transformar a realidade ao seu redor.

2.2 HISTORICIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL

A trajetória da educação integral no Brasil reflete-se nas transformações políticas, sociais e econômicas do país. Desde o período colonial até os dias atuais, diferentes iniciativas foram desenvolvidas com o objetivo de proporcionar uma formação ampla, que considerasse o pleno desenvolvimento do indivíduo. Essa história pode ser dividida em três etapas principais:



No Brasil colonial, a educação era limitada e destinada principalmente às elites. A formação integral, nesse contexto, era restrita e voltada para os valores religiosos e morais, com forte influência da Igreja Católica. Os jesuítas, por meio de seus colégios, introduziram uma visão inicial de educação integral, que incluía elementos religiosos, artísticos e humanísticos. No entanto, esse modelo não atendia às populações indígenas, escravizadas e pobres, refletindo as desigualdades sociais da época.

Com a Proclamação da República, surgiram as primeiras discussões sobre a universalização da educação. Nesse período, influências de movimentos educacionais europeus e americanos começaram a moldar ideias de educação integral. Anísio Teixeira foi um dos grandes expoentes desse movimento, defendendo a escola pública como espaço de formação integral, buscando integrar as dimensões intelectual, física, artística e cívica da educação.

Salgado (1935, p.145) destaca que:

O nosso mal não é o analfabetismo, como costumam afirmar os homens da oposição sistemática a todos os governos, estampando quadros estatísticos em que nos comparam aos países ricos e possuidores de meios fáceis de comunicação. O analfabetismo seria até um elemento positivo, porque representaria a massa bruta, facilmente dirigida pelas elites cultas. O nosso grande mal é o semi-analfabetismo, essas massas de homens incapazes de raciocinar, avessos à leitura, repisadores de duas ou três ideias que se lhes meteram na cabeça, opinadores superficiais em todas as oportunidades, vaidosos e ociosos, de gravata e colarinho, enxameando as cidades, parasitariamente.

Ainda segundo o autor, é necessário valorizar a importância da leitura e afirmar que “um dos grandes planos, pois, que temos a executar no Brasil, não é simplesmente o da alfabetização: é o da elevação do nível cultural das massas” (SALGADO, 1935, P. 145)

Durante o governo Vargas, as reformas educacionais começam a formalizar a ideia de educação integral, essa abordagem visava formar o indivíduo como um cidadão completo, alinhado aos ideais de um Estado nacionalista e centralizador.

O ideal educativo podia ser compreendido como aquele que:



[...] se propõe a educar o homem todo. E o homem todo é o conjunto do homem físico, do homem intelectual do homem cívico e do homem espiritual [...] Ao homem espiritual ensinava os deveres para com Deus, para consigo e para como próximo; ao homem cívico os deveres com a pátria; ao homem intelectual dá-lhe escolas e cultura; ao homem físico oferece-lhe os meios adequados ao cuidado da saúde, à conservação da robustez, à higienização, à valorização nacional da força muscular[...]. (Cavaliere, 1999, p. 46-47).

Com a redemocratização do Brasil, a educação integral voltou a ter espaço. Constituição Federal de 1988 estabelece educação como direito de todos, visando o pleno desenvolvimento da pessoa. A ideia de educação integral passou a ser incorporada como políticas públicas, como forma de garantir equidade e qualidade no ensino.

No Brasil a educação integral como política pública, ganhou destaque consolidando-se como estratégia para promover o pleno desenvolvimento dos estudantes, combatendo as desigualdades e integrando múltiplas dimensões humanas.

A Constituição Federal Brasileira (1988), em seu Art. 205 diz que: “A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

“Da mesma forma, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/1996 em seu Art. 22 estabelece que: “A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.” (Brasil, 1996, art. 22).

Souza e Antônio (2017, p. 2) afirmam que, “[...] a educação integral traz em si um fundamento filosófico-pedagógico que se insere no debate educativo sobre formação humana integral. ” Os mesmos pesquisadores discorrem sobre uma escola que ainda é utópica na sociedade atual:

Essa formação integral não dissocia formação intelectual da formação de outra natureza, quiçá prática. É uma Escola fundada em uma totalidade educativa para sua função social, exigente em relação a uma



práxis educativa pela difusão do conhecimento científico, vivo e atualizado, a partir de uma experiência cultural associada ao trabalho social. Essa escola ainda não foi possível de alcançar no país, justamente porque ela ainda está configurada com um formato limitado. (Souza; Antonio. p. 2, 2017)

A educação integral considera a formação humana um processo amplo, no qual a escola em articulação com a família e com a comunidade, oferecem oportunidades para o desenvolvimento dos estudantes. Ao investir em educação integral, o Brasil busca não apenas melhorar os índices educacionais, mas também formar cidadãos capazes de contribuir de maneira significativa para a sociedade.

A crítica à educação unilateral, que prioriza a formação técnica e utilitarista, é essencial para que possamos avançar em direção a uma educação que realmente promova o desenvolvimento integral do indivíduo. A visão de uma escola que integra conhecimento, cultura e prática social é uma utopia que ainda precisa ser concretizada. A resistência a essa transformação muitas vezes se dá pela manutenção de um sistema educacional que reproduz desigualdades e limitações.

Portanto, a educação integral deve ser entendida não apenas como uma meta pedagógica, mas como um compromisso ético e político com a formação de cidadãos críticos e engajados. A construção de uma educação que realmente atenda às necessidades de todos os estudantes requer um esforço conjunto de toda a sociedade, incluindo políticas públicas eficazes, formação de professores e a participação ativa da comunidade. Somente assim poderemos vislumbrar um futuro onde a educação integral se torne uma realidade acessível a todos.

Com isso vemos que o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) propôs uma educação pública, gratuita, laica e universal, com foco na formação integral do indivíduo, alinhando-se às correntes pedagógicas construtivistas e progressistas. A historicização da educação integral no Brasil revela um percurso marcado por avanços e desafios, desde o período colonial até as políticas públicas atuais. A distinção entre educação integral e educação em tempo integral é crucial, pois a primeira busca o desenvolvimento pleno do indivíduo,



enquanto a segunda se limita à ampliação do tempo escolar. Apesar dos avanços legais, como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), a implementação da educação integral ainda enfrenta desafios estruturais e culturais, exigindo um compromisso coletivo para sua efetivação.

3 METODOLOGIA

A metodologia empregada neste estudo baseia-se na revisão bibliográfica, uma escolha que se justifica pela necessidade de examinar e consolidar as contribuições de diversos autores em relação ao tema principal como um todo. A revisão bibliográfica é uma abordagem que permite reunir informações, teorias e perspectivas já existentes na literatura, oferecendo uma visão ampla e aprofundada do assunto.

O processo de revisão bibliográfica envolveu a busca e seleção de fontes relevantes, como artigos acadêmicos, livros, dissertações, teses e relatórios técnicos e principalmente, a legislação. Essas fontes foram pesquisadas em bases de dados acadêmicos, bibliotecas virtuais, catálogos de universidades, instituições de pesquisa, doutrinas e legislações.

A seleção dos trabalhos envolveu uma análise minuciosa do título, resumo e palavras-chave, visando identificar aqueles diretamente relacionados ao objeto de estudo. Foram excluídas as fontes que não atendiam aos objetivos deste trabalho ou que não possuíam relevância acadêmica.

Após a seleção das fontes, procedeu-se à leitura crítica e análise detalhada dos textos, com o objetivo de extrair as principais contribuições de cada autor e de cada legislação em relação ao tema principal.

Ademais, foram realizadas comparações e sínteses das informações obtidas das diferentes fontes selecionadas, buscando identificar convergências e divergências entre as abordagens dos autores. Essa etapa da pesquisa contribuiu para a construção de uma visão crítica e abrangente do assunto.



4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 RESULTADOS

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) propôs uma educação pública, gratuita, laica e universal, visando a formação integral do indivíduo. Essa proposta foi um marco na luta pela democratização da educação no Brasil, ao defender que o Estado tem o dever de garantir o acesso à educação como função social essencial. Saviani (2004) destaca que o Manifesto buscou reconstruir a sociedade por meio da educação, baseando-se em princípios como a laicidade, gratuidade e obrigatoriedade do ensino.

A ideia de educação integral apresentada no Manifesto vai além da mera transmissão de conhecimentos, buscando o desenvolvimento pleno do indivíduo em suas dimensões intelectual, física, moral e social. Essa visão se alinha com as correntes pedagógicas construtivistas e progressistas, que enfatizam a participação ativa do aluno no processo de aprendizagem e a formação de cidadãos críticos e conscientes.

No entanto, apesar dos avanços legais, como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), a implementação da educação integral ainda enfrenta desafios. A ampliação do tempo escolar, por exemplo, não garante por si só uma formação integral, se não for acompanhada de uma reinvenção do cotidiano escolar e da integração de múltiplas dimensões formativas.

Vemos como a trajetória da educação integral no Brasil reflete as transformações políticas, sociais e econômicas do país. No período colonial, a educação era restrita às elites e voltada para valores religiosos e morais, com forte influência da Igreja Católica. Com a Proclamação da República, surgiram as primeiras discussões sobre a universalização da educação, influenciadas por movimentos educacionais europeus e americanos.

Anísio Teixeira foi um dos principais defensores da educação integral no Brasil, defendendo a escola pública como espaço de formação completa do



indivíduo. Durante o governo Vargas, a educação integral passou a ser vista como uma forma de formar cidadãos alinhados aos ideais nacionalistas. Com a redemocratização do Brasil, a educação integral foi incorporada como política pública, visando garantir equidade e qualidade no ensino.

Apesar dos avanços, a educação integral ainda é uma utopia no Brasil. Souza e Antônio (2017) destacam que a escola atual ainda está configurada de forma limitada, priorizando a formação técnica e utilitarista em detrimento de uma formação ampla e integrada. A crítica à educação unilateral, que reproduz a divisão social do trabalho, é essencial para avançarmos em direção a uma educação que promova o desenvolvimento completo do indivíduo.

Com isso é importante compreender e diferenciar educação integral de educação em tempo integral. Enquanto a primeira se refere a uma formação ampla que abrange todas as dimensões do ser humano, a segunda está relacionada à ampliação do tempo escolar. Moll (2009) destaca que a ampliação do tempo escolar, por si só, não garante uma formação integral, se não for acompanhada de uma reinvenção do cotidiano escolar e da integração de múltiplas dimensões formativas.

Manacorda (2007) propõe uma educação omnilateral, que visa o desenvolvimento completo do ser humano em todas as suas dimensões, em oposição à educação unilateral, que prioriza a formação técnica e utilitarista. Essa visão se alinha com a proposta de educação integral do Manifesto dos Pioneiros, que busca formar indivíduos críticos e conscientes, capazes de transformar a realidade ao seu redor.

A implementação da educação integral no Brasil enfrenta desafios estruturais e culturais. A resistência a uma transformação educacional que promova o desenvolvimento integral do indivíduo muitas vezes se dá pela manutenção de um sistema educacional que reproduz desigualdades e limitações. A crítica à educação unilateral, que prioriza a formação técnica e utilitarista, é essencial para avançarmos em direção a uma educação que realmente promova o desenvolvimento completo do indivíduo.



A construção de uma educação integral requer um esforço conjunto de toda a sociedade, incluindo políticas públicas eficazes, formação de professores e a participação ativa da comunidade. Somente assim poderemos vislumbrar um futuro onde a educação integral se torne uma realidade acessível a todos. Para uma melhor compreensão e visualização segue uma síntese geral dos resultados.

Quadro 2. Síntese dos resultados

Tópico	Principais Resultados
Manifesto dos Pioneiros (1932)	Proposta de educação pública, gratuita, laica e universal, com foco na formação integral do indivíduo. Defende o papel do Estado na garantia do acesso à educação como função social essencial.
Educação Integral	Busca o desenvolvimento pleno do indivíduo em suas dimensões intelectual, física, moral e social. Alinha-se às correntes pedagógicas construtivistas e progressistas, que enfatizam a participação ativa do aluno e a formação de cidadãos críticos.
Desafios na Implementação	A ampliação do tempo escolar não garante, por si só, uma formação integral. É necessária uma reinvenção do cotidiano escolar e a integração de múltiplas dimensões formativas.
Historicização no Brasil	No período colonial, a educação era restrita às elites e voltada para valores religiosos. Com a Proclamação da República, surgiram discussões sobre universalização. Anísio Teixeira foi um defensor da educação integral.
Políticas Públicas	Com a redemocratização, a educação integral foi incorporada como política pública, visando equidade e qualidade no ensino. Ainda assim, a educação integral é considerada uma utopia no Brasil.
Educação Integral vs. Tempo Integral	Educação integral abrange todas as dimensões do ser humano, enquanto educação em tempo integral está relacionada à ampliação do tempo escolar. A ampliação do tempo, por si só, não garante uma formação integral.
Educação Omnilateral (Manacorda)	Proposta de educação que visa o desenvolvimento completo do ser humano em todas as suas dimensões, em oposição à educação unilateral, que prioriza a formação técnica e utilitarista.
Desafios Estruturais e Culturais	A implementação da educação integral enfrenta resistências devido à manutenção de um sistema educacional que reproduz desigualdades e limitações.
Compromisso Coletivo	A construção de uma educação integral requer políticas públicas eficazes, formação de professores e participação ativa da comunidade.

Fonte: Elaborado pelos autores



Os resultados deste estudo evidenciam que a proposta de educação integral apresentada no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova continua relevante na contemporaneidade. A educação integral não é apenas uma proposta pedagógica, mas um compromisso ético e político com a formação de indivíduos críticos e solidários. Em um mundo marcado por desigualdades e injustiças sociais, a educação deve ser um espaço de resistência e transformação, onde cada estudante é visto como um sujeito de direitos e um agente de mudança.

A historicização da educação integral no Brasil revela um percurso repleto de desafios e contradições. Desde suas raízes coloniais, onde a educação era um privilégio das elites, até a atualidade, onde se busca uma educação mais inclusiva e equitativa, é evidente que a luta pela educação integral é também uma luta por justiça social. A proposta de uma formação que abranja todas as dimensões do ser humano é fundamental, mas sua implementação enfrenta barreiras estruturais e culturais que ainda persistem.

5 CONCLUSÃO

Podemos perceber que Educação Integral e Educação em Tempo Integral são termos que se relacionam, entretanto com conceitos bem diferentes, ambos estão ligados a formação dos estudantes enquanto a Educação Integral busca promover o desenvolvimento completo do estudante em todas as suas dimensões, cógicas, social, cultural, ética e física a Educação em Tempo Integral está relacionada com o tempo de permanência do estudante dentro do espaço escolar. Ambos, no entanto, estão conectados à formação integral dos estudantes, cada um com seu enfoque específico.

Hoje compreendemos que educação integral busca os diversos aspectos do desenvolvimento humano aos territórios em que a escola e os estudantes estão inseridos, Isso significa que o processo educativo não se restringe apenas ao ambiente escolar, mas se amplia a todos os espaços físico, social, cultural e



histórico do entorno, enriquecendo a formação dos indivíduos de maneira mais abrangente e contextualizada.

Portanto, Educação Integral vai muito além dos muros da escola, e ela acontece até mesmo em escolas regulares independentemente da quantidade de horas de atendimento. Mas precisamos assegurar que as escolas jornada regular ou estendida ofereça educação integral de qualidade para todos os nossos estudantes, que a educação integral aconteça com continuidade independente de políticas partidárias.

Para que isso seja possível, é essencial que haja um compromisso coletivo, envolvendo governos, educadores, famílias e comunidades, com a implementação de políticas públicas eficazes e duradouras, que priorizem o desenvolvimento pleno dos estudantes e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A Educação Integral não é apenas uma proposta pedagógica, mas um compromisso ético e político com o futuro das novas gerações.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Andréia Soares de. **Educação Integral e Em Tempo Integral**. Ji-Paraná, Rondônia: Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR, 2025.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Presidência da República. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996.

_____. **Emenda Constitucional nº 59/2009**. Brasília: Senado Federal, 2009.

CAVALARI, R. M. F. **Integralismo – ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)**. Bauru: EDUSC, 1999.

CAVALIERE, A. Educação Integral. In: Oliveira, D.A; DUARTE, A.M.C; VIEIRA, L.M.F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.CD-ROM.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 50ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

JAEGER, Werner. **Paideia: A Formação do Homem Grego**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

MANACORDA, M.A. **Marx e a Pedagogia Moderna**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA. **Reconstrução Educacional no Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1932.

MOLL, J. Educação Integral. In: Oliveira, D.A; DUARTE, A.M.C; VIEIRA, L.M.F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.CD-ROM.

OLIVEIRA, A. M. G. de. **O Projeto de Educação em Tempo Integral no Estado do Amazonas e o Direito à Educação**. Campinas, SP, 2019. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas.

SALGADO, P. **Despertemos a nação**. Obras Completas, Vol. 10. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.



SAVIANI, D. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: SAVIANI, D.[et al.] . **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004

SOUZA, Fernanda Ribeiro de; ANTONIO, Clésio Acilino. **Educação em Tempo Integral: Formação Omnilateral, forma escolar e currículo**. Revista COCAR, Belém, v. 11. N. 21, p. 43 a 65 – Jan./Jul. 2017. Programa de Pós-Graduação Educação em Educação da UEPA. <http://páginas.uepa.br/seer/index.php/cocar>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG). **Dicionário de Ação Docente**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.